

Intervenção da Presidente Roberta Metsola perante o Conselho Europeu, quinta-feira, 14 de dezembro de 2023

Bom dia a todos.

O dia 23 de junho de 2022 constituiu um marco importante para o nosso projeto europeu, porquanto foi neste dia que o Conselho alcançou um acordo histórico e concedeu o estatuto de país candidato à Ucrânia e à Moldávia e ofereceu uma perspetiva europeia clara à Geórgia.

No último ano e meio, a Ucrânia avançou rapidamente na consecução de todos os seus objetivos, adotando a legislação necessária e procedendo às reformas indispensáveis, mesmo em condições particularmente difíceis.

Estas considerações aplicam-se também à Moldávia.

Caros Colegas,

Encontramo-nos no limiar de outro momento histórico para a nossa União. Cabe-nos decidir se esta oportunidade histórica será aproveitada ou se será recordada como um fracasso histórico.

A distância entre estas duas possibilidades é, muitas vezes, extremamente curta.

Chegou o momento de estar à altura da nossa promessa, de mostrar unidade e solidariedade, de mostrar coragem e determinação, de mostrar que esta pode ser uma situação portadora de vantagens para todos.

A abertura de negociações de adesão à UE com a Ucrânia e a Moldávia é o próximo passo.

Estou convicta de que se trata de uma decisão importante, mas também compreendo que não seja uma decisão fácil para alguns de vós, e respeito esse ponto de vista. Mas não se trata de uma decisão baseada na conveniência política. Trata-se, sim, de uma decisão baseada no mérito, no respeito pelos nossos critérios, tendo em conta que cada nação percorre o seu próprio caminho para alcançar os objetivos que nós próprios definimos.

A situação geopolítica mundial significa que existe também um preço a pagar se nada fizermos.

Como tive ontem oportunidade de explicar na Cimeira UE-Balcãs Ocidentais, estamos perante uma oportunidade única. Não devemos desperdiçá-la.

Aproveito o ensejo para explicar que estamos dispostos a fazer a parte que nos cabe nos preparativos para a adesão dos nossos vizinhos. O Parlamento Europeu e o *Verkhovna Rada* da Ucrânia já mantêm relações estreitas. Recentemente, assinámos um memorando de entendimento renovado para o apoio à democracia parlamentar entre os nossos dois parlamentos. Constitui uma forma prática de podermos, como Parlamento Europeu, ajudar a Ucrânia a preparar a sua futura adesão à União Europeia.

O mesmo se aplica à Moldávia. Os nossos programas de apoio à democracia e a estreita parceria com o Parlamento moldavo já estão a revelar-se inestimáveis para a via europeia deste país.

O alargamento é o nosso maior investimento geopolítico e estratégico no futuro. A sua capacidade transformadora é algo que todos conhecemos bem. Um alargamento baseado no mérito reforça o nosso continente, a nossa União e o nosso modo de vida.

Nos Balcãs Ocidentais, temos de ter o cuidado de não frustrar as expectativas e de não alquebrar a motivação de ambas as partes. Todos nós somos testemunhas do preocupante declínio dos sentimentos pró-europeus na região, incluindo entre os jovens. A esperança deve ser transformada em resultados palpáveis ou desvanecer-se-á.

Todos os países candidatos terão de seguir o seu próprio caminho até à adesão, um caminho baseado no mérito. Não será uma tarefa fácil e, como muitos de nós se lembrarão e poderão confirmar, também será morosa.

Estes países introduzem reformas e abraçam transformações e também nós temos de estar preparados para fazer o mesmo. Isto significa prosseguir os debates sobre o futuro da União Europeia, começando com a admissão da Roménia e da Bulgária ao espaço Schengen.

Estou convicta de que as reflexões futuras beneficiarão dos pontos de vista do Parlamento Europeu sobre as reformas, expendidos circunstanciadamente no nosso relatório sobre as alterações ao Tratado. Faço votos por que estes contributos possam ser debatidos numa próxima reunião.

Entretanto, prossegue a guerra na Ucrânia. Temos de permanecer firmes no nosso apoio político, militar, humanitário e financeiro, mesmo quando as condições são mais difíceis. Trata-se não apenas de uma obrigação moral, mas também de uma obrigação estratégica. Afigura-se também estratégico chegar a um acordo sobre o novo mecanismo no montante de 50 mil milhões de euros para a Ucrânia, que o Parlamento Europeu aprovou em outubro. Este acordo comporta investimentos e crescimento no interesse da Ucrânia e da Europa.

O mecanismo para a Ucrânia apoiará a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia, o que significará menos apoio orçamental no futuro.

O nosso objetivo de nos tornarmos mais fortes, mais unidos e mais competitivos num mundo cada vez mais hostil e em mutação deve ser respaldado em recursos suficientes. Muitos creem que estamos apenas a adiar as difíceis decisões financeiras que terão de ser tomadas mais cedo ou mais tarde.

A pandemia, a invasão da Ucrânia, as alterações climáticas e as crises da energia e do custo de vida têm tido pesadas repercussões. O aumento das taxas de juro fez aumentar as nossas despesas com os empréstimos contraídos no âmbito do Instrumento de Recuperação da União Europeia. O nosso QFP foi esticado até aos seus limites em razão das novas tarefas que decidimos em conjunto. Por conseguinte, é necessário que o Conselho Europeu chegue a um acordo. Um acordo que respeite as prerrogativas do Parlamento Europeu enquanto autoridade orçamental, como consagradas nos Tratados, e que encontre uma solução estrutural para gerir os custos dos empréstimos contraídos, sabendo-se que os progressos em matéria de recursos próprios fazem parte desta solução. Um acordo que preserve os valores comuns da União e não ponha em causa o Estado de direito. Um acordo que outorgue à UE a capacidade para afrontar eficazmente crises e circunstâncias imprevistas. Um acordo que não signifique operar mais cortes em programas emblemáticos, que, para muitos, são o rosto visível da União Europeia.

É por esta razão que o Parlamento Europeu defendeu reiteradamente uma revisão do QFP e está disposto a avançar nas conversações.

Nesta esteira, foi-nos dado chegar a acordo sobre o primeiro ato legislativo a nível mundial para regular a inteligência artificial e sobre o regulamento relativo a matérias-primas críticas, submetidos a votação no Parlamento há dois dias. Assim, em conjunto, é-nos dado impulsionar a nossa independência energética e proporcionar incentivos para uma energia limpa. Do mesmo modo, adotámos legislação em matéria de armazenamento de gás e de redução da procura de gás e estamos na fase final para reformar os nossos mercados da eletricidade. Foi assim que nos tornámos líderes mundiais em políticas climáticas progressivas baseadas no mercado.

Alcançámos resultados que pareciam impossíveis. Podemos voltar a fazê-lo.

O mesmo se aplica ao nosso empenho no Médio Oriente onde temos de redobrar os esforços para fazer face à situação humanitária em Gaza e à situação criada no seguimento do ataque terrorista de 7 de outubro em Israel e no Médio Oriente em geral. A União Europeia pode assumir um papel de liderança no que toca a traçar o caminho a seguir, a delinear o futuro imediato, a prestar ajuda à reconstrução e à construção do Estado e a procurar uma estabilidade real, sustentável e duradoura, baseada numa solução assente na coexistência de dois Estados. Mesmo numa situação de incerteza criada pela guerra, temos de falar sobre a paz, sobre a forma como podemos salvar vidas inocentes, pôr termo ao terror e respeitar o direito internacional e sobre a forma como podemos oferecer alívio aos palestinianos e esperança aos israelitas, e isto desde já. Temos também de garantir que a Cisjordânia não se torne um novo ponto de conflagração regional.

Por último, permitam-me que faça um último apelo relacionado com o Pacto em matéria de Migração e Asilo. Nunca estivemos tão próximos de alcançar esta meta na última década. Faço votos por que tal seja possível, pois temos de aproveitar o ensejo propiciado pela dinâmica atual. Um acordo sobre este pacote antes do final do ano significará uma vitória decisiva para o centro pró-europeu construtivo na perspetiva das eleições europeias que terão lugar no próximo ano. Podemos demonstrar que a Europa tem soluções para os problemas que preocupam os nossos cidadãos.

Senhoras e Senhores, Caros Colegas,

Cabe-nos tomar as decisões certas, mesmo que sejam difíceis. Cabe-nos fazer avançar estas questões e encontrar compromissos. É, afinal, esta razão pela qual estamos na política. Para vencer as batalhas que parecem impossíveis... até ao momento em que, evidentemente, sejam superadas. Acumulámos uma vasta experiência e já realizámos um enorme trabalho legislativo.

A Europa demonstrou a sua capacidade de liderança e a sua determinação, e hoje podemos voltar a dar provas dessa capacidade.